

## PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS: A PROPÓSITO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS DE QUINHENTOS

ANTÓNIO MOREIRA TEIXEIRA

*Identidade e Regiões.* A escolha como tema central para um debate académico da questão da adequação de um determinado modelo de organização administrativa à identidade politico-cultural do país, precisamente alguns meses antes deste vir a escolher<sup>1</sup>, em acto referendário, se o pretende implementar, levanta de imediato uma dúvida legítima: Qual, afinal, o sentido que um debate desta natureza pode ter, neste momento, numa instituição académica portuguesa?

Com efeito, à primeira vista, poderemos ser levados a pensar que esta é uma questão estritamente política, mais dirigida ao exercício polemista da opinião (pública ou privada) dos cidadãos do que propriamente ao domínio do raciocínio especulativo científico. Isto porque, desenrolando-se o processo de escolha referendária num espaço e num tempo politicamente determinados, só serão aplicáveis à avaliação do modelo de organização administrativa em causa aqueles critérios que se integrem nesse contexto. Ora, é evidente para todos que a análise científica reclama um espaço diferente e, acima de tudo, um tempo próprio, por norma mais longo do que o da acção política.

Neste sentido, qualquer pronunciamento por parte das comunidades académicas universitárias em relação a este tema, neste contexto pré-referendário, parece, pois, aparentemente, correr o risco de transformar a própria Universidade num agente político e, como tal, comprometé-la irremediavelmente com uma ordem de valores e uma realidade que lhe não são próprias.

A verdade, porém, é que, desde a sua origem mais remota (na Grécia antiga), a Academia não deixou de manter uma vocação política, por via da sua condição de instituição formadora de cidadãos, e, por isso mesmo, constituir um referencial ideológico para os decisores das comunidades onde elas se situam. Não é, certamente,

a Universidade que fornece aos agentes políticos o conteúdo para as suas acções, esse advém da própria realidade social, mas é, sem dúvida, ela que desenvolve e transmite as formas possíveis para essa mesma acção. Não poucas vezes, por isso, as Universidades têm-se visto transformadas em objecto da própria acção política.

Ora, é precisamente enquanto objecto da acção política que, em rigor, as Universidades já iniciaram há mais de uma década a sua participação neste debate sobre a escolha de um novo modelo de organização da administração pública. Com efeito, se das catorze instituições oficiais estatais de ensino superior portuguesas, sete delas ostentam na sua designação a referência a uma cidade (ex: Universidade de Coimbra, Lisboa ou do Porto), mantendo a velha tradição de origem medieval, outras seis já utilizam como referência geográfica uma região (ex: Universidades do Minho, dos Açores, da Madeira, da Beira Interior, do Algarve e de Trás-os-Montes e Alto Douro). Exclui-se desta tipologia a 14ª Universidade que, como a sua própria designação «Universidade Aberta» indica, se instituiu como instrumento político de extensão do ensino universitário, complementando o modelo tradicional centralizado e fechado da organização académica. Ela não se diferencia, portanto, das outras instituições pela sua localização ou por características confessionais (ex: Universidade Católica Portuguesa), mas por uma vocação político-educativa específica.

Do mesmo modo, no conjunto das instituições que se nomeiam tendo como referência uma cidade, podemos distinguir, ainda duas Universidades que, embora se reclamando igualmente «de Lisboa», utilizam, contudo, outros critérios de identificação: por um lado, um critério temporal, que sugere uma diferença de cariz mais metodológico (Universidade Nova) e, por outro, um critério que se relaciona com a especialização científica (no caso da Universidade Técnica).

Em suma, contabilizam-se no ensino superior oficial estatal, três universidades que se identificam com Lisboa (mais de um quinto da totalidade), quatro universidades que se identificam com outras tantas cidades (Coimbra, Porto, Évora e Aveiro) (apenas mais uma que as de Lisboa) e seis universidades regionais (quase metade do conjunto). Assim, temos de concluir que quase metade do conjunto das universidades portuguesas assenta no pressuposto da existência de regiões política e culturalmente identificadas em Portugal. Regiões essas que, no entanto, não coincidem totalmente com a divisão administrativa oficialmente reconhecida pelo poder político após 1974 (através das cinco Comissões de Coordenação Regional do continente e a criação das regiões autónomas da Madeira e dos Açores).

Perante esta realidade, a participação da universidade no debate público sobre a divisão político-administrativa do estado português não só se justifica como julgamos que se torna inevitável. Em primeiro lugar, porque, ao fazê-lo, as

Universidades estarão a debater a própria lógica e os fundamentos da estrutura da rede pública do ensino superior português. Em segundo lugar, porque a instituição e o desenvolvimento de regiões enquanto realidades político-administrativas em Portugal, constitui, como vimos, o quadro de referência e, provavelmente, a própria razão de ser de quase metade das nossas universidades públicas.

Mas, quais são, afinal, e em que se diferenciam entre si as diversas regiões portuguesas? Qual foi o critério ou critérios que se utilizaram para as identificar? Da análise dos debates públicos recentes sobre a regionalização ressalta o primado do critério geográfico sobre todos os outros critérios de avaliação da consistência destas novas identidades. A geografia é, na verdade, aquilo que justifica tanto a possibilidade como o grau de aprofundamento político da própria identidade regional.

Com efeito, se o processo de autonomia política (e não apenas administrativa) regional desenvolvido nos arquipélagos atlânticos, parece estar historicamente consolidado, por muitas dúvidas que subsistam em relação à sua eficácia administrativa, nomeadamente, sob o ponto de vista do desenvolvimento da autonomia económica das regiões, isso deve-se ao facto da natural circunscrição espacial destes territórios ter sustentado a ideia da irreversibilidade de um estatuto conquistado num momento político particular, em que se temia o sucesso dos movimentos separatistas.

Do mesmo modo, é a discussão concreta das demarcações geográficas da divisão administrativa, por outras palavras, o debate sobre quem pertence a quê, que pareceu constituir, afinal, o argumento mais ameaçador, senão mesmo o definitivo, que inviabilizou as intenções dos regionalistas continentais. Isto porque no continente a inexistência de descontinuidades espaciais e humanas tão nítidas dificulta, como sabemos, o estabelecimento consensual de uma divisão territorial.

Todos, afinal, temos a noção de que o Norte de Portugal é diferente do Sul, e que o Interior é diferente do Litoral, mas serão apenas as diferenças geológicas ou de desenvolvimento económico, por exemplo, que permitirão distinguir as regiões portuguesas? O que é que as identifica?

Retornemos, pois, ao ponto de partida: a relação entre *Identidade e Regiões*. Ora, a identidade define-se como o carácter do que é o mesmo, por outras palavras, a *mesmidade*. Do ponto de vista filosófico, a identidade distingue-se quer da semelhança, que se reporta a qualidades, quer da igualdade, que se aplica às quantidades. A identidade refere-se à coincidência da substância consigo própria em cada nível que for tomada. Por outras palavras, uma pessoa será única porque só ela é idêntica a si própria e não poderá nunca ser o seu contrário, mesmo que mude de nome. Se, por hipótese, fosse objecto de uma clonagem, o seu clone seria igual e semelhante a si mas não idêntico, porque a sua história pessoal seria outra.

Transpondo esta noção para o plano das entidades colectivas, uma comunidade possui identidade própria quando possui um EU. Isto é, quando os seus elementos constitutivos possuem um conjunto de características essenciais que os distinguem de todos os outros. Neste sentido, se é já antiga a tradição especulativa nacional sobre a essência do ser português, esta tem derivado ultimamente para um conjunto de especializações, que abarcam desde o ser açoreano e o ser alentejano (talvez as mais desenvolvidas), ao ser algarvio, ao ser minhoto ou ao ser beirão interior, entre outras. Na verdade, somos o que somos de entre o que podemos ser e, por isso, a nossa situação num certo espaço e num certo tempo e não noutros é determinante para o que acabamos por ser. Daí que tudo aquilo que estrutura a nossa relação com o mundo identifica-nos igualmente, quer se trate de uma língua, uma religião, uma nação, etc.

A questão da identidade regional, enquanto problema filosófico, constitui, pois, um desenvolvimento da questão da identidade nacional. Ou seja, trata-se de analisar a identidade de comunidades politicamente autónomas, em geral. A nova realidade política europeia simplesmente impôs-nos que se debata hoje a velha questão das identidades políticas de uma forma mais global, abarcando tanto o plano infra-nacional, como os planos nacional e supra-nacional. A identidade colectiva passou a ser entendida como uma síntese de planos de organização possíveis. Precisamente os planos de organização social e política que intersectam o exercício da cidadania.

Ora, precisamente a antiga tradição de discussão sobre a essência das nacionalidades, que em Portugal teve uma enorme expressão, e que ainda hoje subsiste, por exemplo, através da polémica sobre a existência de filosofias nacionais (entenda-se uma filosofia portuguesa), desenvolveu-se em torno do pressuposto de que as comunidades que se autonomizam politicamente o fazem como consequência da existência prévia de uma raiz étnica e cultural autónoma. Mais ainda, no seguimento da influência da filosofia idealista alemã, e da crença romântica no primado das ideias, acreditou-se, até há bem pouco tempo, na característica inacta desse espírito nacional. Espírito que se manifestava numa identidade, entendida como simples igualdade: uma língua = uma religião = um espírito = uma nação. A identidade colectiva era entendida com uma síntese *a priori*, todos unidos como um só.

Continuamos a acreditar ainda hoje que a identidade política não sobrevive sem uma base cultural. Todavia, é também hoje nitido que essa identidade cultural não é inacta mas construída. Podemos dizer que ela constitui a essência da construção política de uma identidade colectiva. Com efeito, se é verdade que a língua matricial é estruturante da identidade dos seus falantes, condicionando e sendo condicionada pelo seu pensar, o seu agir e o seu criar, não é menos certo que a língua se constrói como um instrumento político de emancipação comunitária.

Os grupos profissionais, por exemplo, identificam-se pelo uso de um determinado vocabulário específico. Esse vocabulário desenvolveu-se porque pré-existia uma realidade autónoma, mas o vocabulário ao fechar a comunicação a um grupo de utilizadores preferenciais, institui uma cultura própria e, conseqüentemente, uma identidade específica a esses indivíduos. Esta característica da inter-relação língua-cultura-identidade tem sido, como demonstram os estudos dos linguistas, utilizada desde sempre pelos estados para desenvolver os processos de integração política.

Poderemos concluir então que a base de um processo de construção de uma identidade colectiva se restringe ao desenvolvimento de uma língua ou de um dialecto próprios ou de uma variante autónoma (nem que se trate apenas de um vocabulário específico ou de uma pronúncia característica)? Parece-nos que não. E, mesmo que o fosse, haveria que distinguir os graus de autonomia colectiva alcançados. Ao invés da crença romântica, sabemos que podem coexistir nações diferentes com a mesma língua e, também, embora seja mais difícil, nações em que coexistem diferentes línguas (ex: Suíça).

Mas, como é então possível construir uma identidade cultural a partir de uma realidade política plurilinguística? Para responder a esta pergunta nada melhor do que invocar a experiência da fundação do império português, no início do século XVI.

Neste período, o estado português defronta-se pela primeira vez com um problema complexo. O reino espalhava-se por incontáveis pedaços de território incrustados um pouco por toda a parte conhecida do mundo, a que se somavam metade das terras ainda por conhecer, uma vastidão de gentes, animais e plantas exuberantemente diferentes entre si, sob todos os pontos de vista. Como seria, então, possível governar uma realidade descontínua de território e de mar, apenas unido por uma complexa teia de rotas comerciais? Como entender um estado cujo território e população o seu próprio Rei não poderia aspirar jamais a conhecer? Como unificar uma realidade política trans continental tão dispersa?

Desde cedo, a solução foi desdobrar a autoridade através de sagazes sistemas de representação administrativa, em que a criação da figura do Vice-Rei, mostra a que ponto se levou o engenho político. Mas, como juntar o resto? Como atesta a Carta de Pero Vaz de Caminha, os portugueses desde o início procuraram construir um discurso legitimador do seu papel político<sup>2</sup>. Perante uma realidade tão nova como a criação dos novos impérios modernos, tentou-se integrar a nova realidade no quadro do sistema de referências da cultura europeia, inventando uma nova história que ligava coerentemente os feitos dos portugueses aos arquétipos clássicos, à velha história. Portugal representava o renascer desse mundo dos grandes impérios e dos grandes valores. Por outro lado, a conversão das novas gentes à mesma fé e, por conseguinte à mesma língua, criava um chão para se desenvolver uma proto-identidade imperial.

Foi neste contexto que surgiu a figura de Francisco de Holanda. A proposta do pintor português para a resolução destes problemas passa precisamente pelo desenvolvimento unitário da capacidade de projectar simbolicamente uma ideia universal de identidade política, religiosa e cultural. Por outras palavras, Holanda propõe-nos que toda a realidade encontrada, por mais exótica que pareça, contém em si os mesmos princípios ideológicos já conhecidos pelos antigos clássicos europeus. Daí que, na verdade, o mesmo princípio de organização ideológica una todos os povos do universo imperial português, independentemente da variedade das suas línguas ou costumes.

Em suma, se toda a realidade obedece aos mesmos princípios abstractos, basta entender o governo de um império não como uma interacção política, mas como um projecto que se concebe previamente, se desenha num plano ideal, e depois se aplica por justaposição à realidade pré-existente, construindo um novo mundo à imagem do projecto universal em que todos se revêm.

Francisco de Holanda compreendia já então que a solução está na coerência ideológica entre o projecto e a sua execução. Assim, definida a imagem ideal era só executar em conformidade o plano para se conseguir a identificação universal com a obra, neste caso dos súbitos com a realidade ideológica do império. Para prosseguir este fim, atribuiu especial importância às representações simbólicas, às divisas (de que foi um teórico precursor), cuja função se aproximava da dos modernos logotipos. Chegou mesmo a sugerir que o retrato do Rei servisse de imagem base (à maneira de um logotipo) pronta a ser reproduzida nos mais variados suportes, nomeadamente em moedas (fazendo referência à tradição clássica), de modo a ser conhecida por todos para além do seu espaço próprio físico e temporal.

A coerência ideológica entre a ideia-imagem de império e a sua aparência física, levou-o a que aconselhasse o jovem rei D. Sebastião, em *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*, a utilizar o critério fisionómico na escolha dos seus conselheiros e representantes<sup>1</sup>.

Uma identidade política cria-se, pois, não apenas a partir de um espaço linguístico mas, acima de tudo, de um discurso cultural legitimador que seja ideologicamente coerente com a prática política, e se apoie num conjunto de símbolos representativos que projectem esse discurso universalmente.

A lição de Francisco de Holanda é ainda de uma extrema actualidade e utilidade. Findos os grandes impérios coloniais modernos, os problemas da construção de identidades trans-nacionais ultrapassaram o clássico terreno da grande política para invadir os novos campos da organização social e económica. Num mundo dominado pela sociedade global e, conseqüentemente pelo mercado mundial, a necessidade de constituir identidades trans-culturais tornou-se comum às grandes e médias empresas e instituições. Isto porque se, por um lado, elas têm

de integrar, numa mesma organização, trabalhadores das mais diversas origens e culturas. Por outro lado, têm de desenvolver os seus produtos e serviços de modo a serem reconhecidos e apreciados pelos potenciais clientes, independentemente das suas diversas línguas ou religiões.

Quando, nos nossos dias, determinadas marcas de produtos patrocinam a realização de um evento desportivo, mesmo que sejam impedidas de ostentar a sua designação (ex: as marcas de tabaco em alguns países europeus), conseguimos reconhecer de imediato a sua participação pelo desenho do seu logotipo ou pela utilização das suas cores características. Esse é o domínio da *Corporate Identity*. Porém, como vimos atrás, os princípios fundamentais do desenvolvimento destas identidades colectivas não se afastam demasiado dos propostos à quatrocentos anos pelo pintor português. O desafio que se colocou a Holanda, embora num contexto significativamente distinto, foi essencialmente o mesmo que o que se coloca actualmente a quem administra um grande grupo empresarial, à escala mundial, ou a quem, simplesmente, pretende gerir uma equipa de desportistas profissionais constituída por uma vintena de jogadores, uma dezena de nacionalidades, meia dúzia de línguas e uma mão cheia de religiões e credos tão distintos como incompatíveis.

Todavia, a lição de Holanda aplica-se também ao universo político português contemporâneo e ao debate sobre as eventuais identidades regionais portuguesas. É um facto que não existe hoje no continente português nenhuma identidade cultural regional autónoma. O que não impede a existência de algumas identidades culturais locais muito fortes. No entanto, esta situação não constitui um impedimento, em absoluto, à exequibilidade do processo. O programado aparecimento a médio prazo de estações de televisão regionais, juntando-se às já existentes universidades regionais, poderá contribuir decisivamente para a criação de uma progressiva autonomização cultural de algumas regiões. Basta referir a importância que as rádios locais tiveram para o desenvolvimento da consciência colectiva nas pequenas e médias cidades e lembrarmo-nos da importância da televisão e das universidades regionais na sedimentação das autonomias políticas insulares, ainda que se tenha proposto para o continente um modelo mais limitado do que o adoptado nas ilhas.

A discussão sobre a divisão administrativa do país em regiões constituiu, de facto, uma excelente oportunidade para a universidade portuguesa pensar o seu país. O debate académico, porém, como se alertava no início, rege-se à sempre por regras diferentes das do debate político. Para nós, académicos, o problema central será sempre o do reconhecimento, ou não, da existência de identidades culturais que sustentem a pretensão política de autonomizar administrativamente territórios regionais e, em caso contrário, o da possibilidade e interesse do investimento na sua construção. Para os políticos, a questão é de ordem diferente.

Numa Europa que se pretende fundir numa unidade política trans-nacional autonomizada, o incentivo ao desenvolvimento de identidades infra-nacionais tão fortes que possam enfraquecer as velhas estruturas nacionais parece ser uma estratégia tão lógica quanto tentadora. Todavia, esse cenário coloca um desafio estratégico a Portugal (pequeno estado-nação multiseular). O desenvolvimento das autonomias regionais no contexto europeu e ibérico, agregado à implosão dos grandes estados do leste europeu, tem permitido um redimensionamento político centrado na progressiva autonomia das pequenas nações, o que pode vir a permitir à velha nação portuguesa abandonar o papel subalterno que lhe tem sido reservado, nos últimos séculos, tanto no contexto peninsular, por via da formação do estado espanhol, como no europeu.

Todavia, a adopção de uma regionalização desagregadora da unidade política, económica e cultural nacional poderia também inviabilizar definitivamente esse projecto. Pela análise que se pode agora fazer de todo o processo de discussão pública e dos próprios resultados da votação no Referendo nacional sobre este tema, parece claro que os portugueses não consideram existir, neste momento, identidades regionais suficientemente desenvolvidas que se possam interpor entre a sua identidade local e a sua identidade nacional. Trata-se, afinal, de uma consequência lógica se tomarmos em consideração que estas identidades locais e a nacional constituem o resultado de uma construção já quase milenar.

## Notas

<sup>1</sup> O presente texto, redigido na sua forma definitiva já após o conhecimento do resultado do Referendo Nacional sobre a instituição em concreto das regiões administrativas (Novembro de 1998), tem por base, no entanto, uma comunicação apresentada ainda em Janeiro desse ano.

<sup>2</sup> Cf. Luis Filipe Barreto, *Os Descobrimentos e o Renascimento. Formas de ser e pensar nos séc. XV e XVI*, Lisboa, INCM, 1983.

<sup>3</sup> O pintor recomenda na referida obra que o conhecimento da filosomia (fisionomia), principalmente o estudo do rosto, devesse constituir um dos critérios fundamentais para a nomeação dos representantes reais (inclusive no caso da escolha para o cargo de Vice-Rei). Cf. Francisco de Holanda, *Da Fabrica que falece à cidade de Lisboa*, II, 6, f. 46 v-r.